



Cadernos de Negociação



Número 6 - Abril/maio 2018

Indicadores econômicos

Produção Industrial cresceu 3,0% nos últimos 12 meses

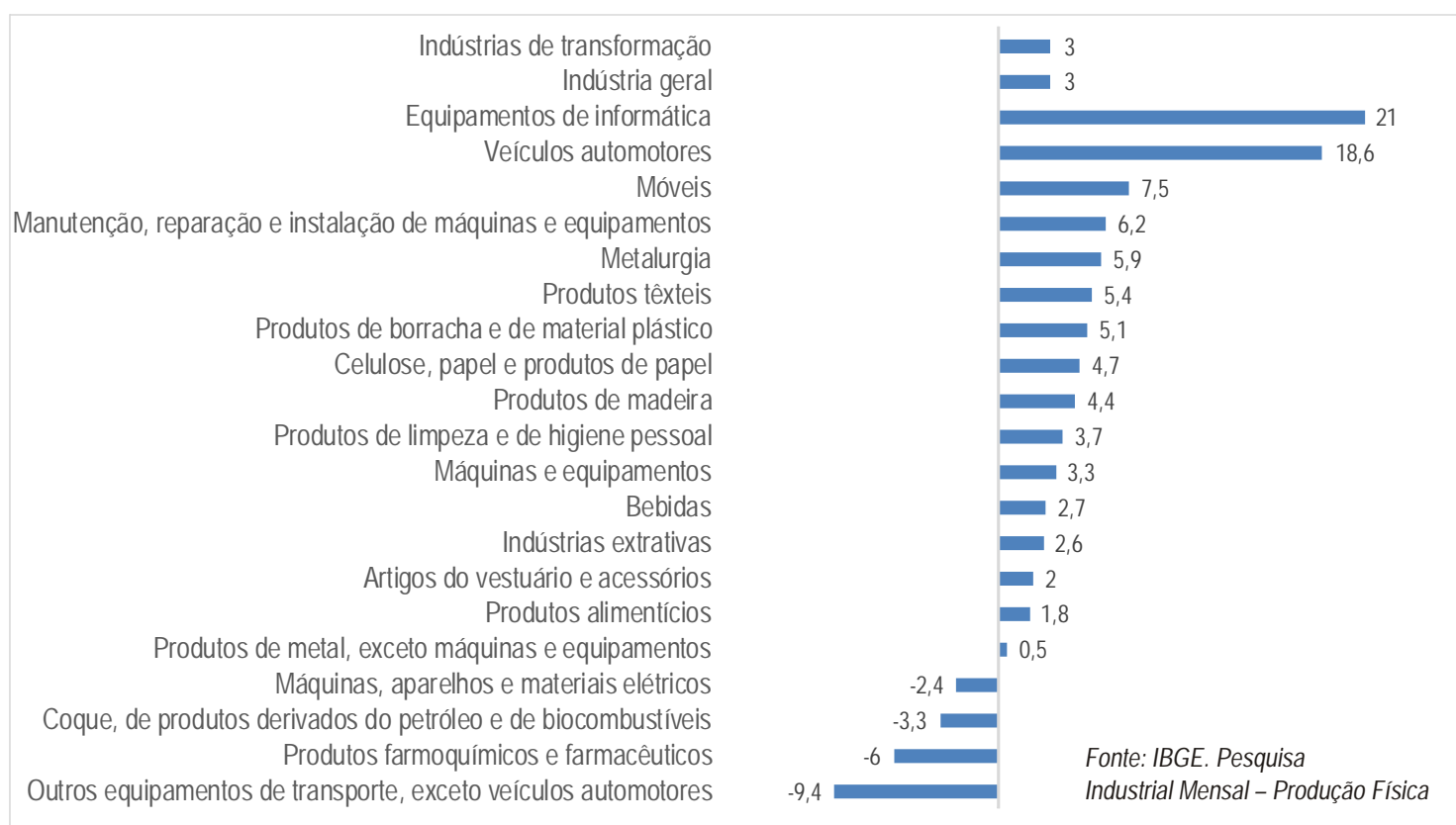
A produção da indústria no Brasil acumulou alta de 3,0% nos 12 meses encerrados em fevereiro. Dos 25 segmentos da Indústria de Transformação, 19 cresceram nesse período, e apenas seis tiveram queda.

Os principais destaques são a fabricação de equipamentos de informática (+21,0%) e a de veículos automotores (+18,6%). Houve aumento relevante também na fabricação de móveis (+7,5%); manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (6,2%); e metalurgia (5,9%).

Por outro lado, a produção de outros equipamentos de transporte (excluindo veículos automotores) e de produtos farmoquímicos e farmacêuticos ainda acumulam redução (-9,4% e -6,0%, respectivamente).

Ainda que de forma bastante lenta e heterogênea, a indústria apresenta pequenos sinais positivos nos últimos meses. O estado com maior destaque foi o Pará (9,9%), seguido por Amazonas (6,9%) e Santa Catarina (5,1%). Pernambuco e Espírito Santo apresentaram resultados negativos no acumulado dos 12 meses.

Pesquisa Industrial Mensal/Produção Física Variação acumulada em 12 meses - Brasil - Fevereiro/2018



Inflação é baixa, mas produtos e serviços essenciais sobem mais

Por causa da crise econômica, o poder de compra das famílias se reduziu muito em 2017, afetando o consumo e, conseqüentemente, as taxas de inflação. Segundo a Pesquisa do Custo de Vida na cidade de São Paulo, realizada pelo DIEESE, a inflação de 12 meses ficou em 2,57%. Bens e produtos cuja compra pode ser adiada tiveram taxas negativas, enquanto bens e serviços essenciais ou com preços administrados (estabelecidos em contrato ou por órgãos públicos) foram reajustados muito acima da inflação.

Entre abril de 2017 e março de 2018, de acordo com o ICV, a elevação acumulada para o conjunto dos bens e serviços com preços administrados foi de 9,03% (alta de 4,55% para os serviços e redução de -2,67% para os bens).

Os preços administrados estão nos grupos Habitação (serviços públicos e gás de botijão, com alta de 6,56%); Transporte (combustíveis e transporte público, que subiram 11,25%); e Despesas Diversas (serviços de comunicação, aumento de 7,57%).

O grupo Serviços, que concentra, entre outros, serviços domésticos, mão de obra de construção, conserto de carro, cursos formais e informais, seguros e convênios médicos, além de consultas, exames e internações hospitalares, teve alta, na média, de 4,55% - com destaque para os de saúde (6,33%), educação (4,46%), habitação (3,92%) e alimentação (3,44%).

No conjunto de bens (utilidades domésticas, móveis, eletroeletrônicos e vestuário), houve redução de -2,67% na taxa geral. As maiores quedas foram as do grupo Vestuário (-6,01%),

Equipamentos Domésticos (-5,61%), que inclui utilidades domésticas, móveis, eletroeletrônicos e roupa; e nos bens de alimentação (-4,08%). No caso dos alimentos, boas safras e substituição de produtos mais caros por outros, de menor preço, contribuíram para redução no valor dos *in natura* e semielaborados.

Taxa acumulada em 12 meses dos Grupos do Índice de Custo de Vida por tipo de bens e serviços - Município de São Paulo Abril de 2017 e março de 2018 (em %)

Grupos	Tipos de produtos/itens	Variação
Alimentação	Bens	-4,08%
	Serviços	3,44%
Habitação	Bens	-1,50%
	Serviços	3,92%
	Preços Administrados	6,56%
Equipamentos Domésticos	Bens	-5,61%
	Bens	0,81%
Transporte	Serviços	1,90%
	Preços Administrados	11,25%
	Bens	-6,01%
Educação e leitura	Bens	2,40%
	Serviços	4,46%
Saúde	Bens	3,72%
	Serviços	6,33%
Recreação	Bens	-0,89%
	Serviços	3,30%
Despesas Pessoais	Bens	0,02%
	Serviços	2,70%
Despesas Diversas	Bens	7,84%
	Preços Administrados	7,57%
	Bens	-2,67%
Total Geral	Serviços	4,55%
	Preços Administrados	9,03%

Fonte: DIEESE

Índices de inflação	Mensal	12 meses	Projeção de	Projeção de	Projeção de
			inflação: mai/2017 a abr/18	inflação: jun/2017 a mai/18 (%)	inflação: jul/2017 a jun/18 (%)
ICV geral	0,03	2,57	2,86	2,64	3,21
ICV estrato 1	0,03	1,64	1,9	1,51	2,1
INPC	0,07	1,56	1,6	1,44	2
IPCA	0,09	2,68	2,66	2,55	3,04

Fonte: DIEESE e IBGE

ICV - Índice Geral - março de 2018	Mar 2018 (%)	12 meses
Alimentação	-0,11	-2,43
Alimentação fora do domicílio	0,02	3,45

Em março, o custo da cesta básica diminuiu em 12 das 20 capitais onde é realizada a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. A queda ocorreu devido à redução dos preços médios da batata, do açúcar, do feijão, do café em pó e do óleo de soja.

Cesta Básica Nacional de Alimentos - março 2018		
Maior valor	Rio de Janeiro	R\$ 441,19
Menor valor	Salvador	R\$ 322,88
Maior alta - no mês	Campo Grande	2,60%
Maior taxa negativa - no mês	Salvador	-4,07%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R\$ 3.706,44
Salário Mínimo		R\$ 954,00

SMN equivale a 3,89 vezes o mínimo de R\$ 954,00



Quem ganha salário mínimo precisou trabalhar, em média, 88 horas e 07 minutos e gastou 43,54% do salário mínimo líquido para comprar a cesta básica - dado de novembro

Fonte: DIEESE

Cresce proporção de negociações com reajustes acima da inflação

Cerca de 86% das negociações realizadas em março apresentaram ganhos acima da inflação medida pelo INPC-IBGE, segundo levantamento do DIEESE.

Na data-base fevereiro, negociações com aumento real representaram 80,8% do total no mês e, na data-base janeiro, 77,7%. A proporção de reajustes abaixo do INPC-IBGE vem caindo. Foram 2,3% em março, diante de 10,6%, em janeiro, e 7,7%, em fevereiro.

No geral, a variação real média dos reajustes foi de 0,92% sobre o INPC-IBGE.

Pisos - O comportamento dos pisos apresentou poucas mudanças. O maior continua no valor de R\$ 2.962,00 (3,1 salários mínimos); e o menor, equivalente a um salário mínimo.

O valor médio dos pisos salariais em 2018 é de R\$ 1.110,07 (1,16 salário mínimo). O valor mediano, de R\$ 1.061,00 (1,11 salário mínimo).

Os dados são preliminares e podem mudar à medida que novas negociações forem finalizadas.

Como estão os pisos salariais dos motoristas de ônibus das capitais

De acordo com levantamento do DIEESE, os motoristas de ônibus recebem o maior piso salarial em São Paulo (R\$ 2.631,30 para uma jornada semanal de 42 horas), depois em Porto Alegre (R\$ 2.605,69, para 43 horas de trabalho) e Brasília (R\$ 2.455,97, jornada de 36 horas).

Em Boa Vista (R\$ 1.473,64, para jornada semanal de 44 horas), São Luís (R\$ 1.717,32, 44 horas) e Palmas (R\$ 1.760,00, também 44 horas semanais), a categoria tem o menor piso.

O maior valor, o de São Paulo, equivale a cerca de 2,7 salários mínimos e o menor, de Boa Vista, a 1,5. Em todas as capitais do país, os pisos recebidos pelos motoristas de ônibus são menores que o salário mínimo necessário (SMN), calculado pelo DIEESE - que, em março, ficou em R\$ 3.706,44. O SMN é estimado com base na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, para uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças que consomem com um adulto).

Em São Paulo, o piso da categoria representa 71% do mínimo necessário, em Porto Alegre, 70%, e em Brasília, 66%. Já em Boa Vista, equivale a 40%, em São Luís, a 46%, e em Palmas, a 47%.

Distribuição dos reajustes salariais e variação real média dos reajustes, em comparação com o INPC-IBGE, segundo data-base - Brasil, 2018

Data-Base	Acima	Igual	Abaixo	Variação Real Média	Total (nº reajustes)
Jan	77,7%	11,7%	10,6%	0,89%	435
Fev	80,8%	11,5%	7,7%	1,06%	52
Mar	86,0%	11,6%	2,3%	0,97%	43
Total	78,7%	11,7%	9,6%	0,92%	530

Fonte: MTb. Sistema Mediador

Valores dos pisos salariais Brasil, 2018

Data-Base	Em R\$	Em salários mínimos
Maior	R\$ 2.962,00	3,10
Mediano	R\$ 1.061,00	1,11
Menor	R\$ 954,00	1,00
Médio	R\$ 1.110,07	1,16

Fonte: MTb. Sistema Mediador

Piso salarial e jornada semanal dos motoristas de ônibus, segundo capitais das Ufs

Capital	UF	Piso Salarial (R\$)	Jornada Semanal
São Paulo	SP	2.631,30	42
Porto Alegre	RS	2.605,69	43
Brasília	DF	2.455,97	36
Rio de Janeiro	RJ	2.347,65	42
Florianópolis	SC	2.343,37	38
Curitiba	PR	2.334,13	36
Manaus	AM	2.303,38	44
Cuiabá	MT	2.267,20	42
Recife	PE	2.239,79	44
Vitória	ES	2.229,41	44
Belo Horizonte	MG	2.180,74	40
Rio Branco	AC	2.146,48	44
João Pessoa	PB	2.120,00	44
Salvador	BA	2.111,18	42
Fortaleza	CE	2.096,74	44
Goânia	GO	1.996,66	44
Macapá	AP	1.992,50	42
Campo Grande	MS	1.988,41	44
Natal	RN	1.969,35	44
Aracaju	SE	1.934,81	43h20m
Porto Velho	RO	1.875,77	42
Maceió	AL	1.850,00	44
Teresina	PI	1.822,20	44
Belém	PA	1.819,79	44
Palmas	TO	1.760,00	44
São Luís	MA	1.717,32	44
Boa Vista	RR	1.473,64	44

Fonte: NTU, sites, entidades sindicais, Mediador e DIEESE

Atrasos nos salários, férias e 13º são motivos mais frequentes nos serviços privados e indústria

Nos últimos 12 meses, o SAG (Sistema de Acompanhamento de Greves) do DIEESE registrou 154 paralisações na indústria. Entre as mobilizações, destacam-se as dos metalúrgicos (70 greves); dos trabalhadores da construção (42); e dos químicos (23).

No setor de serviços houve 503 paralisações. As principais foram a do transporte coletivo urbano (182 greves); dos trabalhadores da limpeza, serviços gerais e coleta de lixo (114); e da saúde em hospitais, filantrópicos e organizações sociais (110).

Os atrasos no pagamento dos salários, das férias e do décimo terceiro motivaram 45% das greves da indústria e 66% das greves nos serviços.

Por que pararam

Reivindicações	Indústria		Serviços	
	nº	%	nº	%
Atraso de salário, férias e 13º	69	44,8	332	66
Alimentação, transporte e assistência médica	45	29,2	123	24,5
Reajuste e piso salarial	40	26	66	13,1
Condições de trabalho, segurança e higiene	12	7,8	51	10,1
Equipamentos, uniforme e EPIs	6	3,9	32	6,4

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves Obs.: A soma das linhas pode ser superior ao total, já que uma mesma greve pode conter diferente reivindicações

Análise de cláusulas

Exemplos relacionados ao banco de horas

O banco de horas é um sistema de flexibilização de jornada que atende à necessidade das empresas de adequar a produção e a jornada em determinados períodos do mês ou ano. As horas credoras e devedoras do trabalhador são administradas em um banco, negociadas em acordo/convenção coletiva, isto é, quando o trabalhador troca as horas extras por dias de folga.

Com a lei 13.467/17, a negociação de banco de horas pode ser realizada por acordo individual tácito ou escrito, no mesmo mês ou em até seis meses. O artigo 611-A, que trata do negociado sobre o legislado, também permite o banco de horas anual por meio de acordo/convenção coletiva.

Confira a seguir *exemplos de cláusulas de banco de horas*, registradas em acordos e convenções coletivas de trabalho, que asseguram condições mais benéficas para o empregado.

Banco de horas - Cada hora compensatória laborada pelo Trabalhador junto à Empresa ora acordante, em dias normais de trabalho, deverá ser levada ao Banco de Horas, com acréscimo de 60% (sessenta por cento), qual seja, para cada hora laborada em dias normais de trabalho, serão

encaminhados ao Banco de Horas, 1h36;

Comissão de trabalhadores - Será eleita, de comum acordo entre a empresa e seus funcionários, uma comissão de trabalhadores com o objetivo de fiscalizar o Banco de Horas em todos os seus aspectos

Da duração da jornada de trabalho [...] - Fica vedado todo e qualquer acordo individual entre empregado e empregador, inclusive no que tange à duração da jornada de trabalho, banco de horas, compensação, regime 12x36 e demais disposições autorizadas por lei, salvo as disposições autorizadas no presente acordo coletivo.

Prorrogação e compensação de jornada - Os pactos coletivos de prorrogação ou compensação de jornada de trabalho serão ajustados sempre mediante acordos coletivos, devendo as empresas pré-avisarem de sua intenção ao Sindicato Profissional, com 08 (oito) dias de antecedência ao processo de divulgação aos empregados.

§ Único - Fica expressamente vedada a hipótese de acordo individual para implantação de jornada flexível/banco de horas entre a empresa e os empregados.